Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará-Brasil

Revista Cocar, Belém, V.24, N.42, p. 01-21, 2026 ISSN: 2237-0315

A extensão rural na Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo (1940-1948): instrução e inovações para os trabalhadores do campo

The rural extension in the Practical School of Agriculture of Espírito Santo (1940-1948): instruction and innovations for rural workers

Marcelo Monteiro dos Santos
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
Vitória/ES - Brasil

Rosianny Campos Berto
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória/ES - Brasil

Resumo
O estudo tematiza o papel da extensão rural na formação ofertada pela Escola Prática de Agricultura do estado do Espírito Santo, criada em 1940, durante o governo de João Punaro Bley. Com vistas a compreender o modo como a extensão rural era realizada pela EPA, de modo a atingir os trabalhadores rurais, toma como fontes relatórios, fotografias, correspondências, ofícios, livros de memórias, inventários e o impresso *O Cultivador*, cotejados com relatórios de governos e matérias publicadas em jornais locais. Realizada à luz da micro-história italiana, a análise das fontes considera seus contextos de produção e exercita uma leitura a contrapelo. Conclui que analisar esses elementos, nos intercâmbios nacionais e transnacionais que interferiram em sua produção, possibilita compreender o papel de processos formativos poucos conhecidos e de sujeitos invisibilizados na historiografia local.
Palavras-chave: Extensão rural; Ensino agrícola; Escola Prática de Agricultura.

Abstract
The study examines the rural extension in the training provided by the Practical School of Agriculture of the state of Espírito Santo, established in 1940 during the administration of João Punaro Bley. To understand how the school implemented rural extension, the study draws on a set of documents, including reports, photographs, correspondence, letters, memoirs, inventories, and the printed publication *O Cultivador*, which are compared with government reports and articles published in local newspapers. Conducted in the framework of Italian microhistory, the analysis of sources considers their production contexts and adopts a reading in reverse. It argues that analyzing these elements, within the national and transnational exchanges that influenced their production, enables an understanding of the role of little-known formative processes and invisible subjects in local historiography.
Keywords: Rural extension; Agricultural education; Practical School of Agriculture.

A extensão rural na Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo (1940-1948): instrução e inovações para os trabalhadores do campo

Introdução

Este texto tematiza o papel da extensão rural na formação ofertada pela Escola Prática de Agricultura (EPA)[i] do estado do Espírito Santo, em sua primeira década de funcionamento. Instituição de ensino agrícola criada em 1940, durante o governo de João Punaro Bley, no município de Santa Teresa, a EPA ofertava cursos técnicos e práticos destinados à formação de trabalhadores e pequenos proprietários rurais, em paralelo com múltiplas atividades direcionadas ao público externo, constituído por homens e mulheres do campo. Por meio de cursos rápidos ou de publicações da escola, esses sujeitos poderiam acessar técnicas e conhecimentos úteis ao desenvolvimento do trabalho agrícola.

Assim, neste texto, buscamos compreender, a partir do entrecruzamento de fontes diversas e lacunares, o modo como se constituíram as práticas de extensão rural na EPA, tendo em vista a oferta de uma formação que deveria exceder seu espaço-tempo educativo, de modo a atingir a comunidade e os trabalhadores locais. Essas práticas materializaram-se, principalmente, em um evento denominado *Semana do Lavrador* e em um impresso, que recebeu o nome de *O Cultivador*. Em ambas as iniciativas, o propósito era aproximar a escola da comunidade, oferecendo acesso a saberes que colaborassem para o aprimoramento das práticas e do trabalho no meio rural.

Para isso, tomamos como fontes um conjunto de documentos que compõem, principalmente, o Núcleo de Memória do Instituto Federal de Educação – *Campus* Santa Teresa, constituído a partir do acervo documental da escola, em 2016. Esse acervo reúne relatórios, fotografias, correspondências (locais, nacionais e internacionais), ofícios, livros de memórias e a coleção do impresso *O Cultivador*. Além desse conjunto de documentos, este estudo dialoga com relatórios de governos da Secretaria de Agricultura, Terras e Obras do Espírito Santo (DGATO) e matérias publicadas em jornais locais.

Analisada à luz da micro-história italiana (Levi, 2020), essa documentação multifacetada é submetida a um entrecruzamento que considera seus contextos de produção, buscando exercitar uma leitura contrária às intenções daqueles que a produziram. A micro-história, nesse caso, ajuda-nos a compreender as ações da EPA como proposta local que dialoga com um projeto mais amplo, nacional, e mesmo internacional. Desse modo, no cotejamento das fontes, buscamos apreender a maneira como a escola constituiu a extensão rural localmente, mas também as relações nacionais e transnacionais (Vera; Fuchs, 2021) que

interferiram nessa produção particular, a dizer das influências recebidas e das trocas estabelecidas com a Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa (ESAV) e das conexões com o Ministério da Agricultura e, por consequência, com a Comissão Brasileiro Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR).

A CBAR conveniou-se à *Inter-American Educational Foundation, Inc*,[ii] criada pelo governo dos Estados Unidos no começo da Segunda Guerra Mundial. O órgão resultava do esforço que os norte-americanos vinham fazendo desde o fim dos anos 1920, para fortalecer a "Política da Boa Vizinhança" com outros países da América. Essa política seria intensificada na década de 1940, por conta da guerra em curso (Peres, 2020). É nesse contexto que o *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA)[iii] foi criado, com o objetivo de "[...] dar continuidade a programas desenvolvidos em países da América Latina, nas áreas da saúde, saneamento, agricultura e educação" (Peres, 2020, p. 8).

Ao olhar para esses intercâmbios, interessam-nos as tramas que compõem um modo particular de fazer extensão rural, sob a influência de iniciativas que ultrapassaram as fronteiras estaduais, em diálogo com outras experiências. Assim, ao observarmos o modo como a EPA organizou a extensão rural na relação com seus processos de ensino e com os objetivos mais amplos, de melhoria das condições de produção agrícola no Espírito Santo, realizamos neste texto três movimentos de análise. O primeiro destina-se a compreender a constituição da escola na relação com as influências externas recebidas, a fim de examinar os vínculos entre o ensino e a extensão rural, considerando as conexões entre a EPA, outras instituições educativas e órgãos governamentais nacionais e internacionais.

No segundo e no terceiro movimentos, examinamos os elementos mais proeminentes da extensão rural na EPA: a *Semana do Lavrador*, evento que reunia agricultores e trabalhadores rurais de todo o estado e de fora, além do impresso *O Cultivador*, destinado a levar os conhecimentos produzidos na escola à população do campo.

A Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo

A criação da EPA no Espírito Santo integrou uma série de realizações do governo de João Punaro Bley após 1937.[iv] Sua administração foi marcada por um conjunto de iniciativas que buscavam modernizar o Espírito Santo, em diálogo com discursos em circulação nacional e internacional. Almeida sintetiza essas iniciativas durante a segunda interventoria de Bley, indicando que, entre 1939 e 1945, na capital Vitória,

> [...] ninguém discutiu política, conforme afirmou o interventor Bley, que ficaria no cargo até 1943. Aproveitou o silêncio e a propaganda oficial para construir o Hospital dos Servidores Públicos, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, a Colônia de Itanhenga para isolar os portadores de doenças contagiosas, o Preventório Alzira Bley para os filhos dos leprosos isolados, a Granja Eunice Weaver para os jovens de dez a dezoito anos, o Asilo dos Velhos, um patronato para o menor abandonado, além de doar o terreno e elaborar o projeto de construção do Sanatório Getúlio Vargas para abrigar os tuberculosos. Criou também a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Almeida, 2010, p. 184).

Nesse contexto de "silêncios", representado pela suspensão da democracia durante a ditadura do Estado Novo, o projeto da EPA integrava um conjunto de iniciativas de modernização no estado naquele momento. Em julho de 1940, o chefe do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras (DGATO) do estado, Enrico Ildebrando Ruschi, dirigiu-se ao interventor por meio do Ofício n.º 889 (Espirito Santo, 1941), indicando a necessidade da criação de uma escola destinada a agricultores e a seus filhos. Reivindicava uma instituição educativa que pudesse instruir esse público, de modo prático e rápido, para o trabalho com a agricultura, o que fazia sentido para um estado agrário, cuja economia se baseava na produção agrícola.

Ruschi indicava, em seu ofício, que o governo mantinha relações com a ESAV, em Minas Gerais, inclusive financiando visitas e estudos de filhos de agricultores capixabas. Ela seria, portanto, uma interlocutora importante na criação de uma instituição de ensino agrícola no Espírito Santo. Assim, pelo Decreto-Lei n.º 12.147, de 6 de setembro de 1940, a escola foi implementada na região de Santa Teresa, em terras adjacentes (e anteriormente pertencentes) à Fazenda Pagani, onde já existia um centro de produção de sementes vinculado ao governo do estado. A EPA passou a ocupar um território de 626 hectares, tornando-se o maior estabelecimento rural da região. Transformou-se, desse modo, na "menina dos olhos" do governo, tendo em vista o alto investimento no projeto e as motivações para tirá-lo do papel.

Tendo sido criada de modo improvisado em barracões e em instalações da fazenda que lhe deu origem, a comunidade local e os novos alunos oriundos de diferentes regiões do estado assistiram à expansão da escola pela construção de prédios e aquisição de equipamentos considerados modernos (Espirito Santo, 1946). Essas ações caminhavam paralelamente à produção de um currículo capaz de atender às necessidades do meio agrícola. Entre essas ações, a extensão rural destaca-se como via para a formação e de vínculo

com a comunidade local e com a população em diferentes regiões do estado, mesmo aquelas mais distantes.

Formulada na relação com o ensino agrícola, a extensão rural no Brasil vincula-se, historicamente, a programas e projetos desenvolvidos em parceria com instituições nacionais e internacionais, desde os meados da década de 1940. Nesse contexto, o país adotou modelos importados que se consolidariam ao longo das décadas seguintes. Segundo Peixoto (2008), a terminologia extensão rural originou-se das práticas ensejadas em universidades inglesas em fins do século XIX, passando, no século seguinte, pela

> [...] criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na História, uma forma institucionalizada de extensão rural (Peixoto, 2008, p. 7).

A extensão rural pode ser compreendida, segundo o autor, a partir de três perspectivas: como processo, como instituição ou como política. Atemo-nos, neste texto, à primeira dessas concepções, ao buscarmos reconstituir, pelas lentes da História, a ação dos sujeitos envolvidos na EPA. Assim, como processo, a extensão rural envolveria ações cuja finalidade era levar conhecimento da fonte geradora – no caso, a escola – ao público receptor final – a comunidade, os trabalhadores rurais e os agricultores, podendo ser compreendida "[...] como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não" (Peixoto, 2008, p. 7).

Silva (2013), ao discorrer sobre as origens da Extensão Rural no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, identifica na literatura sobre o tema o acordo celebrado, em 1948, entre a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA)[v] e o governo brasileiro, que marcou o início dessas atividades no país. A AIA foi

> Fundada sob a égide de um grupo de norte-americanos mais bem representados na figura de Nelson Rockefeller, [como] agência filantrópica conhecida no Brasil principalmente por introduzir de forma sistemática os programas de extensão rural de acordo com o modelo norte-americano (Silva, 2013, p. 1697).

O acordo oficializava a extensão rural, que teve as primeiras iniciativas no estado de Minas Gerais, onde "[...] o extensionismo brasileiro ensaiou seus primeiros passos, objetivando a modernização da agricultura e a política de substituição das importações" (Portilho, 1999, p. 130). Em acordo inicial com o governo de Milton Campos, criou-se a

Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), expandindo-se para o território brasileiro nos anos 1950 e culminando na criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), à qual "[...] caberia unificar, coordenar e angariar recursos financeiros para as atividades extensionistas" (Portilho, 2022, p. 130).

A gênese desse movimento pode recuar até 1910, quando o professor e agrônomo norte-americano Benjamin Harris Hunnicutt, que dirigiu a Escola Agrícola de Lavras em Minas Gerais, ministrou nessa instituição "[...] cursos e treinamentos aos agricultores, usando algumas metodologias de Extensão, tais como: aulas, palestras, demonstrações de resultados e folhetos ao alcance do produtor" (Silva, 2013, p. 2). Também é possível observarmos a realização das Semanas do Fazendeiro, evento iniciado em 1929 na ESAV, em Viçosa. Essa instituição foi criada para desenvolver o modelo de ensino, pesquisa e extensão, nos moldes das *land grant colleges* americanas (Castro; Alves, 2017).

As práticas extensionistas voltadas para a formação do trabalhador rural já estavam, portanto, em curso no país. O convênio com a AIA representou a sistematização desse serviço, bem como a criação do crédito rural como fator adicional de desenvolvimento (Silva, 2013). Assim, a extensão rural passou a ser identificada como ação de instituições e alvo de políticas públicas específicas destinadas à formação dos trabalhadores do campo.

Desse modo, na trama da constituição das redes nacionais e internacionais que interferiram na consolidação do Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais, a EPA, criada no Espírito Santo a partir das necessidades locais e nas conexões estabelecidas com a ESAV, oficializou suas ações de extensão no ano anterior ao acordo com o órgão norte-americano, estabelecido com o estado de Minas e com o governo brasileiro, o que põe as experiências de extensão rural instituídas no Espírito Santo entre as pioneiras.

Extensão rural na EPA: A Semana do Lavrador

Se a criação da EPA deve ser compreendida nos intercâmbios nacionais e transnacionais que lhe deram origem, é fundamental situá-la nas inter-relações que estabeleceu com a comunidade circunvizinha e mesmo com outras regiões do estado na década de 1940. Nesse contexto, os primeiros indícios das trocas entre a EPA e a população rural de seu entorno podem ser identificados em um período que antecede a criação da instituição, quando, a partir de 1937, a antiga Fazenda Pagani, pertencente a uma família de imigrantes italianos,[vi] foi transformada em centro produtor de sementes sob a administração

do DGATO. Essa iniciativa não somente permaneceria após a criação da escola, como ainda seria amplificada com o início da oferta de seus cursos técnicos.

A relação com a comunidade é marcada por eventos extensionistas voltados para lavradores, como *Exposição do Milho*, *Semana do Lavrador* e *Semana Ruralista Feminina*. A *Semana do Lavrador*, que se constituiria como o principal evento realizado pela escola, passou a integrar essas iniciativas desde 1947. Em carta dirigida à comunidade naquele ano, o diretor da instituição apresentava o evento, organizado com apoio estadual:

> A Escola Prática de Agricultura, localizada em São João de Petrópolis, município de Santa Teresa, contando com o apôio da Secretaria de Agricultura, do Fomento Agrícola Federal e da Comissão Brasileiro Americana de Educação das Populações Rurais, realizará de 28 de julho a 3 de agosto próximos, a sua '1ª Semana dos Lavradores' do Espírito Santo.
> Adotando a mesma finalidade e a mesma orientação da 'Semana do Fazendeiro' da Escola de Viçosa, instituição tradicional e eficiente, à qual tem normalmente comparecido numerosas caravanas de lavradores capixabas [...] a nossa '1ª semana dos lavradores' destina-se a atender os reclames dos fazendeiros e colonos do Espírito Santo, que por suas inadiáveis ocupações, ou seus poucos recursos, não podem sair do Estado para uma viagem tão longa em demanda da Escola de Viçosa.
> A Escola Prática de Agricultura, terá nessa primeira vez, uma capacidade de hospedagem limitada para 150 lavradores e essa hospedagem será gratuita (Ramos, 1947, p. 1, grifo no original).

A circular aponta as influências externas na criação e na condução do evento, que seguiria o modelo da ESAV, em Viçosa, que realizava a Semana do Fazendeiro desde 1929 "[...] como estratégia anual e permanente de difundir técnicas agrícolas, sendo um evento de oferta de cursos variados lecionados por professores da escola" (Castro; Alves, 2017, p. 757). Informava, ainda, que o governo obteria redução nas passagens de estradas de ferro e a EPA ofereceria hospedagem gratuita para 150 lavradores, podendo ser aceitos participantes semi-internos e externos, em especial trabalhadores dos arredores da escola.

É possível estabelecermos uma relação entre as Semanas do Fazendeiro e iniciativas no campo da Educação que, naquele contexto, recebia influências da Escola Nova, especialmente a escola ativa, de influências europeias e norte-americanas, cuja finalidade era promover uma renovação educacional baseada em uma "organização racional do trabalho" (Carvalho, 2003). O modelo importado foi a matriz de um conjunto reformas educacionais realizadas em fins dos anos 1920, em diversos estados brasileiros, incluindo o Espírito Santo (1928-1930) (Berto, 2013). A matriz emanava, principalmente, da Associação Brasileira de Educação, criada em 1924, no Rio de Janeiro.

As Semanas de Educação eram iniciativas escolares que deveriam atingir toda a comunidade, com informações, palestras, folhetos e atividades experimentais sobre temas como: saúde, higiene, civilidade, boas condutas, trabalho (Carvalho, 2003). Por se tratar de uma iniciativa norte-americana, é provável que as Semanas de Educação promovidas em fins dos anos 1920, nas escolas primárias, tenham inspirado as Semanas do Fazendeiro em Viçosa e resvalado nas iniciativas da EPA, com a Semana do Lavrador, mais de uma década depois.

O evento realizado na EPA adotou uma nomenclatura mais abrangente do que o da ESAV. O termo "lavrador" excedia a ideia de um evento destinado apenas a proprietários rurais, pretendendo envolver todos aqueles que lavravam a terra. A infraestrutura oferecida pela instituição e a duração do evento indicam as dimensões de seu alcance e dos recursos empregados para a realização, que foram ampliados ao longo dos anos.

No contexto dos convênios e das redes transnacionais, o primeiro evento foi realizado em parceria com a CBAR, órgão que visava, como dissemos, fomentar e patrocinar ações de extensão rural no Brasil, dentro do convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a *Inter-American Educational Foundation, Inc*,[vii] repartição de negócios internacionais do governo dos Estados Unidos da América (Calazans, 1981). Os termos desse convênio previam intercâmbio de professores, orientação técnica às populações rurais e incremento de atividades extensionistas.[viii]

A circular do diretor da EPA sobre a realização da Semana do Lavrador fornecia ainda informações sobre o cronograma de atividades, que envolveria a realização de aulas práticas e demonstrativas acerca de temas como lavoura e pecuária, além de conferências, palestras e aulas sobre higiene e profilaxia e sessões de cinema educativo – mais um marco nos discursos em circulação mediante o Movimento da Escola Nova, que teve seu auge em período imediatamente anterior. No contexto escolanovista, o cinema já era uma experiência em uso na educação capixaba desde 1928, por ocasião da Reforma da escola ativa (Berto; Simões, 2017), com continuação durante o Governo Bley (Lauff, 2018).

O diretor acrescentava que seriam "[...] ministradas aulas eminentemente práticas sobre higiene rural, alimentação, dietética, enfermagem, pequenas culturas e criações e indústrias domésticas rurais. Todos os programas serão publicados oportunamente [...]" (Ramos, 1947, p. 1). No comunicado, indicava um conjunto de atividades de caráter experimental a serem conduzidas durante a semana. A realização da Semana Ruralista

Feminina reforçava a ideia de um atendimento ampliado à população do campo. Direcionado às mulheres, o evento possuía "[...] idênticas prerrogativas e hospedagem em prédio próprio, sob a direção das famílias da Escola" (Ramos, 1947, p. 1) e também se inspirava nas iniciativas da ESAV em Viçosa, que, desde 1934, realizava a Semana das Fazendeiras como espaço para instrução às esposas (Castro; Alves, 2017).

Um extrato da circular de Ramos, publicado no *Diário Oficial* de 24 de junho de 1947 (Noticiário..., 1947), indicia o investimento na divulgação do evento em meios impressos de abrangência estadual, como estratégia para alcançar lavradores de todo o estado. Outros documentos instruem quanto à hospedagem dos participantes, às aulas e aos informes gerais sobre o evento, e, durante o evento, foram publicados quatro boletins circulares com informações e instruções para cada dia de atividades.

O cronograma de atividades, indicava que o café era servido das 6h às 6h30 e, às 7h, todos se encontravam em frente ao prédio principal para a leitura do "pensamento do dia" e informes sobre as aulas, que começariam em seguida. O almoço era servido às 11h, seguido de um horário livre até as 14h. Na sequência, era servido o café. Das 14h30 às 16h, ocorriam as últimas aulas do dia e, às 17h, era servido o jantar. Às 19h30, ocorriam sessões de cinema, conferências e "diversões". A programação terminava às 21h30, com um chá.

As aulas ocorriam nos setores da chamada Fazenda-escola. Eram realizadas dezenas de atividades que envolviam desde a fabricação de queijos até a construção de sanitários. No total, A Semana do Lavrador de 1948 ofertou 61 aulas diferentes ao longo da semana, além de atividades culturais, como sessões de cinema e palestras com noções de higiene.

O acervo da instituição possui um conjunto de recortes de jornais, com a repercussão da experiência, geralmente positiva. O jornal *A Tribuna*, por exemplo, em 6 de agosto de 1947, destacou a participação de 400 lavradores no evento (Novos..., 1947) e publicou, no mês seguinte, no caderno Suplemento Rural, uma longa avaliação dos três eventos simultâneos que ocorreram na EPA. A reportagem listou as atividades realizadas e destacou as parcerias com os governos estadual e federal para que a Semana do Lavrador ocorresse. Repercutiu também a importância do evento para a divulgação da escola aos lavradores. Informou, por fim, que o governador Carlos Lindenberg e o secretário de Agricultura, Napoleão Fontenelle, além de alguns deputados, estiveram presentes na cerimônia de encerramento, o que indica a importância do evento e o apoio governamental recebido.

Na relação com as fontes, inferimos que a Semana do Lavrador e as iniciativas que a compunham atingiram seu objetivo e obtiveram adesão do público. Esse evento esteve no calendário da instituição até a década de 1980, sendo ainda lembrado pela comunidade do entorno, o que reafirma o caráter extensionista da instituição (Fernandes Filho, 2008).

No ano seguinte, o evento seria comentado no jornal *O Cultivador*. A edição de 1.º de junho de 1948 rememora a recente realização e convida os agricultores para a Semana do Lavrador que seria realizada no mês seguinte. Nessa edição, um artigo intitulado "E a escola marcha" é sintomático do que parece ser a compreensão daqueles sujeitos sobre uma nova fase da vida da instituição. Para o articulista,

> A fundação desta Escola de Agricultura, adveio mesmo como um imperativo da intensidade da vida rural no Espírito Santo, da fertilidade de suas terras e dos desmandos outróra praticados pelos seus desbravadores, que, cheios tanto de ardor como de imprevidência, tentaram destruir essa fertilidade, com seus processos primitivos de agricultar [...].
> De fato, o Padre Afonso Braz em 1551, já escrevia sôbre a terra do Espírito Santo: '... a ter a melhor e mais fértil terra de todo o Brasil'. Tais terras exceto a faixa litorânea, eram quasi completamente cobertas de matas exuberantes que desapareceram em grande parte, dando lugar à fúria destruidora da erosão.
> Daí o sonho dos Governantes, em educar as hostes rurais com a técnica e a providência, asseguradoras da fertilidade, que corria em grandes caudais para o mar ou se evolava no fumo das queimadas. A 'Exposição de Motivos' nº. 889 de 23 de julho de 1940, apresentada pelo Dr. Enrico lldebrando Aurélio Ruschi, então Diretor do Departamento Geral de Agricultura, ao Capitão João Punaro Bley, Interventor Federal, foi o primeiro passo oficial para concretizar tal intento. Êsses dois homens pois, foram os realizadôres do sonho de seus antecessores [...] (Sejam..., 1948, p. 3).

O texto que se segue toma características de um balanço do trabalho desenvolvido pela instituição, inclusive com a indicação do número de estudantes formados nos cursos em andamento. O recurso à História, como boa mestra que fala mais àquele presente do que ao passado, integra o discurso, de modo que a continuação do artigo começa com o sugestivo subtítulo "Nova Fase", indicando que, com o acordo assinado com a CBAR e a reorganização sofrida na relação com o Ministério da Agricultura e com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola,

> [...] a Escola sofreu profundas remodelações em seus programas com a orientação dos técnicos de educação rural do Ministério, prosperando e evoluindo assim grandemente e estendendo suas benéficas atividades, não sòmente aos lavradores vizinhos do estabelecimento, mas também aos de outros mais distantes e mesmo aos de todo o Estado (Sejam..., 1948, p. 3).

Tais mudanças seriam positivas para o atendimento prestado aos agricultores e a intersecção entre ensino e extensão rural parece ter saído fortalecida do novo quadro, que

passou a incluir novos cursos, como: Curso Primário, Curso de Iniciação (secundário), Curso de Mestria Agrícola, Curso de Técnico Agrícola e Curso de continuação. A Semana do Lavrador e a passagem de diversos agricultores pela escola ganhavam destaque nesse contexto:

> Muitos milhares de lavradores têm assim passado por aqui aprendendo, praticando, observando e também adquirindo máquinas, ferramentas, inseticidas, mudas, sementes e reprodutores.
> A fase mais brilhante e eficiente da Escola Agrotécnica, entretanto, é a atual [...] (Sejam..., 1948, p. 3).

Ainda que as semanas tenham sido fartamente documentadas pela EPA, não há documentos que registrem avaliações dos participantes. Memórias de ex-alunos reunidas em dois livros publicados de 2008 e de 2022 nos ajudam a preencher algumas dessas lacunas. Lidas neste texto como reconstrução das experiências do passado, a partir de imagens e ideias do presente, as memórias tomadas como fontes aparecem "[...] como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora" (Bosi, 1979, p. 9). O primeiro fragmento de memória é do ex-aluno José Aristeu Tononi, que ingressou na EFA aos 15 anos, em 1946. Nas lembranças das atividades culturais e de extensão vividas naquele espaço, ele destaca a gratuidade e a diversidade de ações que compunham o evento. De acordo com ele:

> A Semana do lavrador era realizada em julho, e havia uma competição para premiação das colheitas. Os professores faziam palestras e cursos. Vinha gente de toda parte do Brasil para esta semana que era totalmente gratuita para os participantes. Os trabalhos realizados na escola eram expostos, inclusive os trabalhos manuais realizados no curso de economia doméstica (Fernandes Filho, 2008, p. 55).

Nesse conjunto memorialístico, encontramos também relatos de pessoas que conheceram a escola por meio do evento de extensão e se tornaram estudantes. Um deles é Rubens Pereira da Silva, que acompanhou o pai na Semana do Lavrador de 1951. Segundo narra, foi a impressão positiva do evento que levou seu pai à decisão de matriculá-lo na instituição:

> Em 1951, por um feliz acaso, meu pai foi convidado a participar de uma Semana do Lavrador, evento esse, que existia na Escola naquela época. Ao conhecer a Escola ficou muito impressionado com o que viu. Inclusive com o ensino escolar. Voltou pra casa motivado para mandar para lá um dos filhos, esse filho em questão era eu. Mas se defrontou com um problema sério, porque eu não tinha o curso primário. Na minha região [Governador Lindemberg] [...] não havia escola primária. [...] Assim eu iniciei minha carreira naquela Escola. Concluí o primário, o curso de operário agrícola

> que nos dias de hoje equivale à segunda série do ensino fundamental, depois concluí o curso de Mestre Agrícola que corresponde ao curso ensino fundamental. Prestei o 'vestibular' exigido para o curso de técnico agrícola. Cursei o primeiro ano depois me transferi para Campos dos Goitacazes – RJ (Fernandes Filho, 2008, p. 348).

Oriundo da região de Aracruz, Edgar Ribeiro Pimentel vivenciou um caminho semelhante. Foi da participação no evento que surgiu o interesse do pai para que ele ingressasse na instituição:

> Em 1951, conheci a Escola através da Semana do Lavrador, evento que se realizava sempre no mês de julho, onde meu saudoso pai [...] comparecemos. Papai era um pequeno agricultor do interior de Aracruz - Perobas (ES). Fomos acolhidos pelo saudoso Dr. Lúcio Fernandes Ramos, na época Diretor do Educandário. Depois veio o convite para minha matrícula na Admissão, pois não tinha terminado o Curso Primário, assim conhecido à época. Ingressei na Escola em 1952 e somente em 1954 passei no Vestibular para ingressar no Curso de Iniciação Agrícola, depois de completado, em novo Vestibular, foi feito o Curso de Mestre Agrícola concluído em 1958. Após Novo Concurso Vestibular, ingressei no Curso Técnico ou Agrotécnico. Era uma época muito difícil e exigente. Tinha que estudar com dedicação (grifo nosso) (Associação..., 2022, p. 41).

Os relatos de Rubens Pereira Silva e de Edgar Ribeiro Pimentel são reveladores acerca da amplitude da formação ofertada pela EPA. Ao considerar que boa parte dos trabalhadores do campo e agricultores tinham pouca ou nenhuma formação, a escola oferecia ensino primário e secundário, além de diferentes modalidades. No discurso do jornal *O Cultivador* de 1948, o diretor havia indicado pelo menos cinco cursos que já eram ofertados naquela ocasião:

> Ministram-se atualmente na Escola, os seguintes cursos:
> a) Curso primário: Complemento dêsse curso para os candidatos do secundário.
> b) Curso de Iniciação: De caráter secundário com dois anos de duração.
> c) Curso de Mestria Agrícola: Correspondente às 3ª e 4ª séries ginasiais.
> d) Curso de Técnico Agrícola: Com duração de três anos, correspondente ao curso científico dos Colégios e no qual o estudante se especializa em qualquer ramo de agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais. Êste curso não está ainda funcionando e provavelmente será instalado dentro de dois anos.
> e) Curso de continuação: Com duração de alguns meses até ano, para rapazes que não podendo fazer um curso mais longo, recebem instruções essencialmente práticas sôbre os métodos modernos de trabalho agrícola (Sejam..., 1948, p. 3).

Os relatos dos ex-estudantes circunscrevem-se em um período imediatamente posterior à EPA. Da sua análise depreendemos três considerações: primeiro, a *Semana do Lavrador* firmou-se como atividade de extensão rural que cumpria seu objetivo de oferecer aos lavradores de todo o estado a oportunidade de participarem das aulas, das palestras e de outras ações a cada ano; segundo, o evento parece ter servido de vitrine da própria escola,

uma vez que, ao levar tantas pessoas para suas instalações, acabava multiplicando o conhecimento socializado nas atividades de ensino desenvolvidas, resultando na matrícula dos filhos dos participantes; por último, os relatos corroboram indícios encontrados em fontes administrativas e matérias jornalísticas sobre o sucesso da semana e seus efeitos sobre o meio rural capixaba, em termos formativos.

O jornal *O Cultivador* como ferramenta de extensão rural

A EPA surgiu para cumprir um duplo papel: ofertar ensino técnico para capacitar o trabalhador rural e tornar-se um polo de atração para múltiplas atividades extensionistas voltadas àqueles que não frequentavam a instituição como estudantes. Desse modo, as atividades de extensão rural na década de 1940 são indissociáveis do ensino regular da EPA. Os eventos não eram, entretanto, o único meio de contato com a comunidade. O periódico *O Cultivador* também tinha essa função e, nesta seção, buscamos compreendê-lo, considerando seu papel como impresso pedagógico e veículo de extensão rural.[ix]

Criado em 1948, esse impresso marca um novo momento da vida da EPA que, desde março daquele ano, passaria a se chamar Escola Agrotécnica do Espírito Santo (EAES), em decorrência de mudanças na legislação educacional vigente no país (Brasil, 1946). O jornal *O Cultivador* não era um impresso escolar organizado por estudantes, mas uma ferramenta produzida pela administração escolar com o claro propósito de divulgar as ações da instituição, bem como funcionar como um veículo de comunicação com os lavradores.

Em olhar mais detido para os números d'*O Cultivador* no primeiro ano de circulação (1948),[x] as matérias publicadas, as imagens em circulação e a organização interna do impresso apontam-no como uma iniciativa importante da instituição, surgida com o propósito de circular mediante a permuta de publicações científicas e vulgarizadoras de conhecimentos úteis a trabalhadores rurais. No texto de abertura do primeiro número do jornal, ele é apontado como uma "[...] velha aspiração daqueles que aqui labutam em pról do desenvolvimento Agrícola do Estado", que buscava "´[...] colocar o fruto de seus esforços em benefício do bem estar da coletividade" (Sejam..., 1948, p. 1).

> Faltava a imprescindível e preciosa colaboração da imprensa que, pela palavra impressa, multiplicasse a sua voz evangelizadora do meio rural e a levasse a todos os recantos, onde quer que houvesse uma preocupação pelos problemas agropecuários e onde quer que existisse um braço erguido no abençoado gesto do criador (Sejam..., 1948, p. 1).

Apesar da linguagem ufanista, laudatória e religiosa empregada no editorial, nele se delineia o programa que ensejou a criação do periódico: ser útil ao trabalho dos lavradores e servir como instrumento de disseminação de conhecimentos a partir da instituição. No primeiro ano de funcionamento, o diretor do jornal foi José Farah, engenheiro agrônomo e funcionário da escola. Completavam a equipe Henrique Rímolo (gerente), J. R. Uchôa (secretário) e M. Jacob (redator). Ainda sem equipamento tipográfico próprio, o periódico foi impresso na Tipografia do Seminário dos Frades Franciscanos de Santa Teresa. Em seu "Expediente", lemos:

> O CULTIVADOR é um órgão de divulgação quinzenal de ensinamentos e notícias sobre a Agricultura, Pecuária e Indústrias Rurais.
> **Destinado a atender as classes produtoras do Estado do Espírito Santo**, constitue por assim dizer o traço de união que as liga a Escola Agrotécnica, 'Espírito Santo'.
> São seus colaboradores os professores e funcionários desta Escola [...] (Apresentação..., 1948, p. 1, grifo nosso).

Desde a edição inaugural, o impresso utilizou em sua linguagem escrita e visual uma forma de comunicação direta com o público destinatário. O texto que encerra a primeira edição do jornal é uma mensagem aos trabalhadores rurais, com a indicação de que poderiam continuar contando com os serviços da instituição nas demandas relativas à produção rural: "A escola agrotécnica 'Espirito Santo' atende através do seu corpo docente a todas as consultas dos lavradores ou quaisquer pessoas em assuntos agro-pecuarios" (Apresentação..., 1948, p. 6). Essa posição da instituição reforça o diálogo proposto com os agricultores e trabalhadores rurais.

Os números do impresso variaram bastante em quantidade de páginas ou com relação à regularidade, havendo edições especiais e edições simultâneas de dois ou mais números no mesmo exemplar, produzidas em um material frágil e pouco resistente. Além de não haver informações sobre a tiragem, o periódico não exibe um valor de comercialização; apesar de não termos encontrado indícios de venda nos documentos analisados, não podemos afirmar que sua distribuição era completamente gratuita.[xi] No ano seguinte à sua criação, o jornal ganhou uma tipografia própria, manual, instalada em um pequeno prédio nas dependências da escola, que funcionou até os fins da década de 1980, o que indica seu investimento nas atividades de extensão.

Em termos de conteúdo, o impresso parecia buscar estabelecer uma comunicação

direta e didática com os seus destinatários. Em textos curtos, as mensagens destinadas aos agricultores e trabalhadores rurais miravam a técnica e a experimentação, buscando compartilhar modos mais eficazes de cultivo e de manutenção do processo de produção, com matérias sobre: combater formigas e ratos; selecionar o milho; cultivar e esmagar a uva; tratar a pneumonia de bezerros ou doenças das aves; produzir seda; fabricar requeijão; eliminar chifres em bovinos; realizar queimadas e orientar sobre suas desvantagens e perigos; entre outros. Somam-se aos conteúdos de cunho prático matérias sobre os eventos realizados pela escola, que incluem, por exemplo, a educação de adultos, campanhas de alfabetização, instrução militar e métodos pedagógicos adotados na instituição. Encontramos também temas mais diretamente vinculados às vidas das famílias e da comunidade, a saber: tratamento de doenças; psicologia da criança; receitas; coluna médica; por fim, temas gerais: coluna social, propagandas e informes mais amplos.

Além de atingir os lavradores do Espírito Santo, pretendia-se realizar um intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais, como aponta uma carta recebida da Biblioteca da Universidade Rural de Viena, na Áustria, com um agradecimento pelo envio de um exemplar de *O Cultivador* e a permuta com um número do periódico *Die Bodenkultur*,[xii] com um catálogo da editora da universidade. No fim da carta, o diretor da biblioteca agradece o envio do jornal e ressalva que somente assinavam periódicos publicados por "órgãos científicos" brasileiros. Não parece ter havido uma troca permanente de impressos entre a EPA e a instituição de Viena, mas a tentativa reforça o caráter difusor adotado pelos redatores d'*O Cultivador*, com o foco na permuta com outras publicações que tematizassem o ensino agrícola ou, pelo menos, o desejo de fazer com que seu periódico alcançasse outros espaços relacionados ao tema.

O pedagogo francês Célestin Freinet (1967), alinhado com os propósitos da Escola Nova, pensava os impressos escolares como ferramentas ou como métodos pedagógicos, produzidos com a ajuda de estudantes e destinados ao público escolar ou às famílias. *O Cultivador* não se enquadrava apenas como ferramenta pedagógica destinada aos estudantes; era, principalmente, um meio criado para alcançar trabalhadores e proprietários rurais, atuando como ferramenta que se estendia para fora da escola, fornecendo aos trabalhadores e produtores rurais "coisas para usar", pautadas na "boa cópia de modelos" (Carvalho, 2006). Assim, as chaves de leitura de *O Cultivador* vincular-se-iam ao entendimento

de seu impacto inovador, direcionado ao público externo constituído por proprietários agrícolas, trabalhadores rurais, lavradores e suas famílias, de modo também pedagógico.

Assim, *O Cultivador* apresenta-se como portador das novidades que melhorariam a produção no campo e, consequentemente, a vida no ambiente rural. Ao "falar" ao público destinatário, buscava não apenas introduzir novos conhecimentos, mas contribuir para uma nova postura em relação ao meio rural. O avanço nas técnicas de produção agrícola ligava-se aos interesses nacionais e aos métodos antigos que precisavam ser abandonados em nome de novas práticas que culminassem nas condições de trabalho no campo.

Considerações finais

Em busca de compreender os propósitos da extensão rural no Espírito Santo, este texto dedicou-se à compreensão das ações de uma instituição pioneira no que diz respeito à formação de trabalhadores rurais locais. No contexto em que a EPA foi criada, o Espírito Santo era um estado eminentemente agrário, cuja economia se fundava na produção da lavoura cafeeira, que carecia de reformulação. As necessidades locais dialogavam com questões mais amplas, que envolviam, nas primeiras décadas do século XX, a relação crise/atraso (Mendonça, 2006) na agricultura brasileira.

É nesse contexto que a instrução agrícola foi desenhada no Brasil, por meio de aprendizados agrícolas, patronatos, escolas de iniciação agrícola e, posteriormente, escolas superiores de agricultura, destinados, principalmente, a formar filhos de proprietários e trabalhadores rurais. No caso local, as primeiras décadas do século XX marcaram tentativas governamentais de modernizar não só o estado, principalmente em termos urbanos, culturais e educacionais, senão o campo.

No Espírito Santo, temos notícia de iniciativas, como a Fazenda Modelo Sapucaia, fundada em 1909, e o Instituto Agrícola de Maruípe, um patronato criado em 1933, além de iniciativas relacionadas à criação de grêmios e clubes agrícolas em escolas rurais, nos anos 1920, durante a reforma da escola ativa. Com isso, observamos que a formação do trabalhador rural percorreu as intenções de diferentes governos capixabas, por razões óbvias: foi a produção agrícola que, por muito tempo, moveu a economia local, assim como em outras regiões brasileiras.

Nesse sentido, a Escola Prática de Agricultura, criada em 1940, foi um marco na história da educação agrícola no estado, não apenas porque passou a formar jovens técnicos que

contribuiriam para o desenvolvimento da produção e, consequentemente, da economia local, mas principalmente por ter-se constituído como centro irradiador de inovações imprescindíveis ao desenvolvimento do trabalho e das práticas dos homens e das mulheres do campo.

Assim, além da formação de técnicos em diferentes níveis e com base em distintos conhecimentos, a EPA transformou-se em polo disseminador de métodos e ferramentas modernas, destinados à melhoria das condições de trabalho no campo. Isso ocorreu, especialmente, por meio da extensão rural, cujo propósito era atingir homens e mulheres camponeses. Nesse sentido, as Semanas do Lavrador, acompanhadas das Semanas Ruralistas Femininas e do jornal *O Cultivador*, constituíram-se como meios para instruir aqueles/as que se dedicavam ao cultivo da terra, mas que não podiam frequentar a escola.

Assim, à luz da micro-história italiana que propõe a busca por respostas locais para perguntas gerais, analisar esses elementos, considerando os intercâmbios nacionais e transnacionais que interferiram em sua produção, possibilita compreender o papel de processos educativos poucos conhecidos e de sujeitos que, sendo maioria da população naquele contexto, continuam, ainda hoje, invisibilizados na historiografia local. Ademais, trazer para a cena a história da formação de trabalhadores rurais no Espírito Santo pode lançar luz sobre outras iniciativas brasileiras – e mesmo internacionais – que com ela dialogaram.

Referências

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. p. 184.

APRESENTAÇÃO. **O Cultivador**. Santa Teresa, mar. 1948. p. 1.

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA. **Era nos tempos da escola**. 2. ed., Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2022.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola *activa* e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BERTO, Rosianny Campos; SIMÕES, Regina Helena. Rádio e cinema escolares como elementos de inovação pedagógica na escola ativa capixaba (1928-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 1, jan./mar. 2017. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40717. Acesso em: 27 out. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 1. ed. São Paulo: Queiroz, 1979.

BRASIL. **Decreto-Lei n.° 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm . Acesso em: 20 fev. 2021.

CALAZANS, Maria Julieta Costa; CASTRO, Luiz F. Meira; SILVA, Hélio R. Santos. Questões e contradições da educação rural no Brasil. *In*: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Díaz. **Educação rural no terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-223.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de Pedagogia e práticas de leitura de professores. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais**... Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2006. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926-1988). **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 70, jul./set. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227038. Acesso em: 30 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Escola Prática de Agricultura**. Vitória: Typographia Gentil, 1941.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Relatório da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas referente ao primeiro semestre de 1946 pelo Diretor Almir Garcia Roza**. (manuscrito). Fls. 106-130. 1946.

FERNANDES FILHO, João (org.). **Era nos tempos da escola**. Santa Teresa: Edição do autor, 2008.

FREINET, Célestin. **O jornal escolar**. Portugal: Estampa, 1967.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Diretrizes para formação de professores espírito-santenses na antessala da ditadura do Estado Novo (1930-1937)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. *In*: VENDRAME, Maira; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 19-34.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A Dupla Dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil (1930-1960). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 14, p. 88-112, 2006.

NOTICIÁRIO. **Diário Oficial**. Vitória, 24 de julho de 1947.

NOVOS rumos na política ruralista do Espírito Santo. **A Tribuna**. Vitória, 10 de agosto 1947. Suplemento Rural, p. 6.

O CULTIVADOR, Santa Teresa, 1948, n. 2, p. 1.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

PERES, Eliane. A série de livros de leitura para a América Latina no contexto da política do Institute of Inter-American Affairs (USA). **Revista História da Educação**, *[S. l.]*, v. 24, p. e93692, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/93692. Acesso em: 30 maio 2025.

PORTILHO, Sibele Brasiliense. Extensão rural: história e prática educativa informal. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 13, n. 26, p. 129–140, 1999. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/769. Acesso em: 30 maio 2025. p. 130.

RAMOS, Lúcio. **Semana do Lavrador** (Documento avulso), 1947. fl 1.

SEJAM benvindos, agricultores do Brasil. **O Cultivador**, Santa Teresa, n. 8, 1948. p. 1-3.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da *American International Association for Economic and Social Development*: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 20, n. 4, out./dez. 2013, pp. 1695-1711. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000500014. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Maria do Carmo e LIMA, Antônio Luiz de. **O serviço de extensão rural de Minas Gerais**: retrospectiva. Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 1984.

VERA, Eugenia Roldán; FUCHS, Eckhardt. O transnacional na história da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/190580. Acesso em: 15 maio 2025.

Notas

[i] A EPA deu origem ao atual *Campus* Santa Teresa do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), que oferta, ainda hoje, formação técnica em áreas como Agropecuária e Meio Ambiente, além de cursos de graduação (em Agronomia e Medicina Veterinária, por exemplo) e pós-graduação *lato sensu* em Análise e Gestão Ambiental. Informações sobre essa unidade podem ser acessadas em: https://santateresa.ifes.edu.br/.

[ii] Fundação Interamericana de Educação, em tradução livre.

[iii] Instituto de Assuntos Interamericanos, em tradução livre.

[iv] Bley atuou de 1937 e 1943, como interventor e como governador eleito.

[v] A Associação Americana Internacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (em trad. livre), foi uma entidade de caráter privado e filantrópico, criada por Nelson Rockfeller em 1946, que mediou convênios de assistência técnica entre Brasil e Estados Unidos (CASTRO; ALVES, 2017).

[vi] A fazenda foi hipotecada pelos herdeiros e, ao que tudo indica, adquirida pelo Governo do ES em 1937.

[vii] A Fundação foi renomeada, em 1947, como I*nstitute of Inter-American Affairs, IIAA* (PERES, 2020).

[viii] Os arquivos da EPA dispõem de documentos que circunscrevem as atividades da CBAR entre 1946 e 1951.

[ix] A coleção completa do primeiro ano do periódico pode ser acessada em https://santateresa.ifes.edu.br/index.php/noticias/16964-ano-i.

[x] Não dispomos de todos os exemplares do periódico de 1948, havendo um intervalo entre os números 11 e 21.

[xi] O acervo possui talonários de controle de assinatura somente a partir dos anos 1970.

[xii] *A Cultura do solo*, em tradução livre.

Sobre os autores

Marcelo Monteiro dos Santos
Doutor em História; professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes); coordenou, entre 2018 e 2024, o Núcleo de Memória do Ifes - *Campus* Santa Teresa; membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).
E-mail: marcelo.monteiro@ifes.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-9419-9887

Rosianny Campos Berto
Doutora em Educação; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); compõe a coordenação do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe).
E-mail: rosianny.berto@ufes.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3143-3258

Recebido em: 09/11/2025
Aceito para publicação em: 22/06/2026